

A.1.3

## CCF apreciou extinção de forças irregulares

28.10.93

A Comissão de Cessar-Fogo (CCF) criada ao abrigo do Acordo Geral de Paz rubricado em Roma, entre o Governo e a Renamo, voltou a reunir-se ontem, em Maputo, tendo discutido o ponto relativo à extinção das forças irregulares, sem que no entanto tenha sido alcançado qualquer consenso.

O Governo, cuja representação militar era liderada pelo Brigadeiro Aleixo Malunga, alegou dificuldades técnicas para abordagem da matéria.

Contudo, exigiu a extinção dos "Majibas" que considera serem forças irregulares do movimento de Afonso Dhlakama estarem na posse de armas não convencionais.

A aprovação de um plano de extinção das forças irregulares foi uma exigência colocada pela Renamo, para o início do acantonamento das suas tropas.

O desmantelamento desses efectivos vai ocorrer ao mesmo tempo com o processo de acantonamento dos efectivos militares de ambas as partes (Governo e Renamo), que terá lugar em Novembro e Dezembro.

A última vez que a Comissão de Cessar-Fogo realizou o seu encontro, no Clube Militar, em Maputo, debateu a questão relativa à movimentação das tropas.

Entretanto, notícias veiculadas pela Agência LUSA dizem que o Japão vai prolongar até Outubro de 1994 o período de serviço dos militares que se encontram integrados na operação das Nações Unidas para a manutenção de paz em Moçambique (ONUMOZ).

Segundo a fonte que estamos a citar, o Governo do Primeiro-Ministro Morihiro Hosokawa tomará essa decisão em 12 de Novembro próximo.

Em Maio último, o Japão enviou para Moçambique uma equipa de 48 militares que tem a seu cargo operações de controlo de transportes e cinco oficiais que se encontram integrados no Comando da Operação.

Dado que Tóquio substitui os seus militares integrados em operações da ONU, de seis em seis meses, uma nova equipa de 48 militares será enviada ao nosso país em finais de Novembro.